



A formação continuada de professores nos institutos federais de educação: uma análise documental

Continued teachers training in federal institutes of education: a documental analysis

Borges, R. C.¹ e Pimentel, S. C.²

¹ Programa de Educação Científica, Inclusão e Diversidade, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
E-mail: robertacantuarina@hotmail.com

² Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade, de Educação Científica, Inclusão e Diversidade, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), rua Rui Barbosa, 710 Centro, Cruz das Almas, 44380-000, BA - Brasil.
E-mail: scpimentel@ufrb.edu.br

Resumo: Este estudo é a gênese de uma pesquisa em andamento sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência na Educação Profissional Tecnológica e a importância da formação continuada de professores com vistas ao fortalecimento da permanência estudantil. O recorte feito para este trabalho busca analisar como a formação continuada de professores, acerca da inclusão de estudantes com deficiência, tem sido abordada nos aportes legais e na literatura acerca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa pautada na análise de documentos institucionais. Os resultados apontam que o IFBA tem avançado nas discussões e na consolidação de políticas de formação docentes numa perspectiva inclusiva voltadas para promover a permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência nessa instituição.

Palavras-Chaves: educação inclusiva; formação continuada; institutos federais

Abstract: This study is the genesis of ongoing research on the process of inclusion of students with disabilities in Technological Professional Education and the importance of continuing education of teachers with a view to strengthening student permanence. The excerpt made for this work seeks to analyze how the continued teachers training, about the inclusion of students with disabilities, has been approached in the legal contributions and in the literature about the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IFBA). This is qualitative research based on the analysis of institutional documents. The results indicate that the IFBA has advanced in the discussions and consolidation of teacher training policies in an inclusive perspective aimed at promoting the permanence, participation and learning of students with disabilities in this institution.

Keywords: inclusive education; continuing education; federal institutes

1. Introdução

Dialogar sobre inclusão da pessoa com deficiência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) é, antes de tudo, ratificar o compromisso social que faz parte da essência dessa instituição ao longo dos seus 114 (cento e quatorze) anos de criação.

A escola de Aprendizes Artífices, como se chamava anteriormente em 1909, possuía como missão a preparação profissional dos que estavam excluídos da sociedade e era denominada por estes, afetuosamente, de Escola do Mingau, haja visto que esse era o alimento servido para seus alunos “deserdados da sorte”. (Lessa, 2002, p. 16).

Das escolas de Aprendizes Artífices originaram-se, em 1993, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), e, em 2008, por meio da Lei 11.892, instituiu-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformando os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), o que representou uma acentuada evolução, transformando a “Escola do Mingau” no complexo vertical de Educação Tecnológica.

É preciso destacar que a criação desses IFs, totalizando 38 (trinta e oito) Institutos, se deu no formato multicampi, tendo por natureza e objetivo a democratização da Educação em modalidades de ensino diversas, da Educação Básica à Pós-Graduação, em múltiplas áreas do saber, conforme a sua Lei de criação. Assim, desde sua origem os Institutos primam pela oferta da Educação Profissional Básica, concomitante e subsequente, e da

Citação: Borges, R. C. e Pimentel, S. C. A formação continuada de professores nos institutos federais de educação: uma análise documental. Cad. Fís. UEFS, 22(01):1303.1-06, 2024.

Recebido: 10/05/2024
Aceito: 21/15/2024
Publicado: 17/06/2024



Copyright: © 2024 Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).

Artigo apresentado no Seminário Interinstitucional dos Mestrados Profissionais da Área de Ensino (SIMPAE), realizado entre os dias 18 e 21 de outubro de 2023, em parceria entre UEFS e UFRB.

Educação Superior, tendo nesta última o compromisso também de formar professores em cursos de formação inicial, bem como ofertar a formação continuada para docentes.

Ante o exposto, e considerando o objetivo de democratizar a educação para o qual esses Institutos foram criados e ainda a constante evolução das demandas educacionais e a necessidade premente de promover ambientes escolares inclusivos, buscamos nessa investigação analisar como a formação continuada de professores tem sido abordada nos aportes legais e na literatura, especificamente no contexto da Educação Inclusiva voltada a estudantes com deficiência, nos Institutos Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Buscamos revelar o que trazem as pesquisas de contribuição para o fortalecimento do trabalho docente, no tocante à inclusão e a permanência simbólica de estudantes público da Educação Especial; bem como compreender as estratégias, desafios e contribuições dos programas de formação continuada docente, ofertados na Rede Educação Profissional Tecnológica (EPT), para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas, com foco nas demandas da diversidade, diferença e nas necessidades específicas de alunos com deficiência.

Com vistas a fazer um recorte das instituições pesquisadas, haja vista serem 38 Institutos Federais no Brasil, sendo que cada um possui muitos campus, buscamos desenvolver este estudo de revisão de literatura com enfoque para trabalhos sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Com vistas a discorrer sobre essa temática, este artigo é organizado em duas seções para além dessa introdução. Na segunda seção, será abordada a metodologia utilizada na pesquisa em questão e na terceira seção, será feita a apresentação dos achados da pesquisa.

2. Metodologia

Este estudo é de natureza qualitativa, do tipo análise de documentos, visando mapear documentos institucionais do IFBA sobre o fenômeno almejado: a formação continuada de docentes especificamente sobre a perspectiva da educação inclusiva. A análise de documentos tem uma relevante importância para o pesquisador, pois, proporciona descobrir o que vem sendo abordado nas políticas institucionais acerca do fenômeno a ser estudado.

A pesquisa documental parte de fontes primárias, ainda não analisadas, para responder a determinadas questões. No caso deste estudo, buscamos responder a como a formação continuada de professores, acerca da inclusão de estudantes com deficiência, tem sido abordada nos aportes legais e na literatura acerca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

A relevância deste estudo é demonstrada por uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em material já publicado, a exemplo de livros, artigos científicos, dissertações, teses que abordam a temática. Sobre a importância desses estudos Fachin (2006) discorre:

Entende-se que a pesquisa bibliográfica, em termos genéricos, é um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber. Ela se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, desde a leitura até como selecionar, fichar, organizar, arquivar, resumir o texto; ela é a base para as demais pesquisas (Fachin, 2006, p. 120).

O levantamento do material para análise foi feito considerando-se o banco de dados da Plataforma Sucupira, utilizando descritores de busca e o operador booleano and. Numa primeira varredura partimos dos seguintes descritores: "inclusão" and "instituto federal", tendo como recorte temporal o período que compreende a publicação da Lei Nº 13.146, de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, até o presente ano 2023. Foram encontrados inicialmente 692 (seiscentos e noventa e dois) registros, sendo sem o filtro do marco

temporal 66 (sessenta e seis) artigos; e com o marco temporal foram obtidos 52 (cinquenta e dois) registros.

Num segundo momento de busca utilizamos os descritores "formação continuada" and "inclusão", sendo encontrados 162 (cento e sessenta e dois) registros sem filtro; com o filtro para formação continuada, 43 (quarenta e três); com o filtro de publicação em revista na área de Educação Especial, 24 (vinte e quatro) artigos; e dissertação 1 (um) registro.

Num terceiro momento, para o descritor "formação docente" and "inclusão", foram encontrados 65 (sessenta e cinco); e como o objeto desta "formação continuada" and "rede federal" foi encontrado apenas 1 (uma) publicação, sendo esta uma dissertação. Observa-se que o recorte para pesquisas que tratam da formação continuada na rede federal é ainda pequeno se comparado ao quantitativo mais amplo.

Com base na compreensão da relevância deste tema, a pesquisa documental foi feita por meio de visitação ao site da instituição lócus desta pesquisa, o IFBA, para a busca dos documentos oficiais, produzidos e publicados, que regem a instituição e tratam da formação docente e da inclusão de alunos com deficiência, tomando como marco temporal a data de sua criação, por meio Lei N.º 11.892, de 2008.

O levantamento e análise das produções já efetivadas, possibilitou a construção de um percurso próprio para a pesquisa em construção, tendo como referência os achados anteriores.

3. A política do IFBA para formação inicial e continuada de professores

Compondo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), destaca-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), locus desta pesquisa, com um total de 33 campus.

Diante dos objetivos da criação dos IF's, o IFBA, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, considerando o número crescente de discentes com deficiência matriculados, inicia, no ano de 2022, em seus diversos campi, a execução de ações para a consolidação de objetivos voltados à inclusão.

Trazendo o recorte para o campus do IFBA em Feira de Santana, é preciso situar o marco histórico da implementação da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE) que se deu por meio da Portaria N.º 44, de 21 de janeiro de 2022, que dispõe sobre: as funções gratificadas "destinadas à estruturação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napnes ou equivalente, instituídos nas unidades de ensino (Campi^α e Uned) dos Institutos Federais, dos CEFETs e do Colégio Pedro II." (Brasil, 2022).

Por meio dessa instituição dá-se a gênese, neste e em outros campi, do processo de concretização da política institucional de inclusão, com propósito a assegurar o que preconiza a Lei 13.146/2015 acerca ao direito à educação para o público da educação especial.

Com a implantação do CAPNE, o campus do IFBA em Feira de Santana saiu do número de quatro estudantes com deficiência, para 59 estudantes com deficiência e/ou necessidades educativas matriculados. Tais estudantes estavam invisibilizados até então, pois entravam pela ampla concorrência. Porém, a partir da instituição do NAPNE, eles se fortaleceram e se autodeclararam Pessoa com Necessidades Educativas Específicas (PCNEE). Nesse sentido, discorre Galvão Filho (2009) que:

A inclusão aqui estudada implica numa dinâmica, num movimento, social e individual, em direção à equiparação de oportunidades, no sentido de potencialização da ação e da participação plena e autônoma do indivíduo. Para Bonilla, é necessário pensar a 'inclusão' como um conceito mais abrangente, que implique que o incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias (Bonilla, 2005, p. 62, apud Galvão Filho, 2009, p. 92).

^α Unidades de ensino das Ifes que integram a Rede Federal de Educação Profissional.

No ato de incluir e de conduzir o aluno aprendiz ao aprender, o professor é um profissional fundamental de mediação da aprendizagem, seja quanto aos métodos para o ensino, seja nas orientações avaliativas e nas adequações curriculares que levem à permanência e à conclusão exitosa destes alunos incluídos. Para isso, é preciso entender a relação entre professor, educação inclusiva, formação, práticas, níveis, territórios; sendo a formação docente condição, *sine qua non*, neste processo de incluir.

Levando em consideração as políticas externas e institucionais, em específico a Resolução do Conselho Superior - CONSUP/IFBA N.º 30/2017 que trata da Política de Inclusão da Pessoa com Deficiências e/ou outras Necessidades Específicas no âmbito do IFBA, e que versa no artigo 18 sobre a formação continuada de professores de sala de aula comum, está preconizado que:

Art. 18. Com vistas à formação continuada dos professores, deverão ser ofertados cursos de aperfeiçoamento em práticas pedagógicas inclusivas aos professores da sala de aula comum, por meio de convênios, parcerias, projetos de pesquisa e/ou extensão assessorados pelo Setor Específico de Atendimento. (IFBA, 2017, p. 7).

A leitura dessa normativa citada e da Resolução CONSUP/IFBA N.º 22/2018, que dispõe sobre a Política Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, traz o entendimento institucional da importância e da relevância do tema a ser pesquisado.

Com vistas a ofertar educação pública e de qualidade para todos, a Política Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica propõe a continuidade na formação de seus servidores docente para complementar o que estava alijado em seu percurso formativo, que deixa de fora da formação a perspectiva do compromisso com a inclusão. Assim, o artigo 5º desse instrumento legal prevê que a formação docente possibilite aos seus discente uma formação omnilateral, como cidadãos situados historicamente, atuando de modo crítico, pautados em valores de solidariedade, igualdade, ética e competência na inserção no mundo do trabalho.

No caminho da efetivação dessa política, aconteceu, em outubro de 2022, o I Seminário Nacional de Formação de Professores na Rede Federal: Caminhando para a Construção de Diretrizes. Tal seminário foi organizado pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), vinculado ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Nesse evento, ocorreram tratativas como a construção de um documento apresentando compromissos e alinhamentos da Rede Federal para a formação de professores, sobretudo nos cursos de Licenciaturas ofertados pela Rede, deliberando-se a instituição de um grupo de trabalho no FDE visando à construção de um documento norteador com reflexões sobre esse tema.

Nesse evento, discutiu-se ainda o relatório intitulado “Reflexões sobre a formação de professores na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: caminhando para a construção de diretrizes” que, embora não esgote o tema, se torna tal qual um farol para fortalecer a formação contínua na Rede EPT.

Esse referido grupo de trabalho constatou a necessidade de adequações nos princípios orientadores dos currículos formativos, à luz da BNC-Formação, que está contextualizada no que tange à formação de professores e aos desígnios do mercado de trabalho, que almeja somente mão de obra, contrapondo-se ao projeto da RFEPCT. Assim, no aspecto que é objeto dessa pesquisa cita:

Inclusão e Necessidades Específicas: Os currículos dos cursos de formação de professores devem proporcionar o desenvolvimento de uma prática

docente inclusiva, que esteja em consonância com as diversas realidades e necessidades educacionais específicas dos estudantes presentes em sala de aula, oportunizando um ambiente favorável para os desenvolvimentos acadêmico e social de estudantes com deficiência ou com outras necessidades educacionais (CONIF, 2022, com grifo das autoras).

Desse modo, entende-se que para que a instituição forme profissionais que desenvolvam uma prática inclusiva, deve ela mesma proporcionar ambientes e contextos igualmente inclusivos, e isso requer a formação do seu quadro docente.

4. Conclusões

Frente aos desafios do cenário educacional contemporâneo, a formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva surge como um elemento essencial para a construção de instituições que caminhem para efetivação de uma política inclusiva de seus discentes, com garantias de acesso, permanência, participação nos conteúdos e conclusão com êxito, dentro das suas funcionalidades e potencialidades.

Os dados desta pesquisa nos têm conduzido a compreender mais e melhor sobre inclusão e formação docente na Rede Federal, pois, embora seja uma Rede, cada IFs possui os seus Conselhos de campus para suas tratativas, deliberações, bem como autonomia para as tomadas de decisões, o que, por vezes, pode ocasionar uma falta de sincronia das criações, execuções e efetivações das políticas inclusivas.

Outro aspecto observado é que, embora sejam muitas as pesquisas sobre a necessidade da formação continuada de professores no Brasil e no mundo, quando se faz essa busca para Rede Federal, ela reduz significativamente.

Como o próprio relatório do CONIF sugere, são necessárias mais pesquisas nessa área e maior investimento na formação sobre a temática para todos os seus colaboradores, pois embora seja o professor quem mais tenha contato diariamente com os alunos-alvo da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), a verdadeira inclusão se faz desde a portaria da instituição, seja na abertura dos portões para recepcionar um aluno que faça uso da cadeira de rodas ou em uma aula acessível em Língua de Sinais. Desse modo, ações são realizadas por diversos profissionais, além do professor, e todos precisam estar com um desejo uníssono que vise a inclusão.

Referências

- Brasil. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> Acesso em: 7 set. 2023.
- Brasil. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 7 set. 2023.
- Brasil. Portaria n.º 44, de 21 de janeiro de 2022. Redistribuição de Cargos de Direção e Funções Gratificadas entre o Ministério da Educação e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica. Brasília, 2022. Disponível em: <Tecnológica https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura_organizational/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/legislacao-e-atos-normativos-1/portarias>. Acesso em: 7 set. 2023.
- CONIF. Reflexões sobre a formação de professores na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: caminhando para a construção de diretrizes. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/rede-federal-promove-i-seminario-nacional-de-formacao-de-professores-1/reflexoes_sobre_a_formacao_de_professores_na_rede_federal_de_educacao_profissional_cientifica_e_tecnologica__1_.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

- Galvão Filho, Teófilo Alves. Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva: Apropriação, demanda e perspectivas. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2023.
- IFBA. Resolução CONSUP/IFBA N.º 30 de 12 de dezembro de 2017. Política Inclusão Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2017/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia.pdf/view>>. Acesso em: 7 set. 2023.
- IFBA. Resolução CONSUP/IFBA N.º 22, de 21 de março de 2018. Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/resolucoes/resolucao22de2018_politica_de_formacao_docente/view>. Acesso em: 30 set. 2023.
- IFBA. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFBA. Salvador, 2020/2024. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 7 set. 2023.
- Fachin, Odília. Fundamentos de Metodologia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- Lessa, José Silva. CEFET-BA – uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional/memorial/arquivos-memorial/lessa-jose-silva-cefet-ba-uma-resenha-historica-compressed.pdf/view>> Acesso em: 7 set. 2023.

Isenção de responsabilidade/Nota do editor: As declarações, opiniões e dados contidos em todas as publicações são exclusivamente de responsabilidade do(s) autor(es) e colaborador(es) individual(is) e não do Caderno de Física da UEFS e/ou do(s) editor(es). O Caderno de Física da UEFS e/ou do(s) editor(es) isentam-se de responsabilidade por qualquer dano a pessoas ou propriedades resultante de quaisquer ideias, métodos, instruções ou produtos mencionados no conteúdo.